



Nº 71 – abril de 2014

Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2013



Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2013

O DIEESE – Departamento Inters Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), analisou os resultados das negociações coletivas de 671 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços em todo o território nacional no ano de 2013.

Na análise, constatou que cerca de 87% das unidades de negociação pesquisadas conquistaram reajustes com aumento real dos salários, 7% conquistaram reajustes em valor igual à inflação e 6% tiveram reajustes insuficientes para recompor o valor dos salários desde a última data-base – segundo comparação com o INPC-IBGE¹. O aumento real médio em 2013 foi de 1,25%.

Os dados de 2013 revelam um recuo frente ao quadro analisado em 2012 – o melhor ano para a negociação dos reajustes salariais, de acordo com a pesquisa do SAS-DIEESE –, e dados mais próximos aos observados em 2011. Esse resultado já se prenunciava no balanço do primeiro semestre de 2013. Porém, também como era esperado, as negociações coletivas do segundo semestre apresentaram um desempenho melhor que as do primeiro e elevaram o patamar médio das conquistas no ano: 94% das unidades de negociação com data-base no segundo semestre conquistaram aumentos reais, e o aumento real médio foi de 1,52%.

Resultados

Em 2013, cerca de 87% dos 671 reajustes salariais analisados pelo SAS-DIEESE resultaram em ganhos reais para os salários. Esse percentual é cerca de 8 pontos percentuais inferior ao observado nas mesmas 671 unidades de negociação em 2012, mas é próximo dos resultados observados em 2010 e 2011 e superior aos registrados em 2008 e 2009 (Tabela 1).

¹ Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2013

Variação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	(em %)
Acima do INPC-IBGE	78,7	79,9	88,8	87,5	95,1	86,9	
Mais de 5% acima	0,3	1,3	4,0	1,5	4,5	0,3	
De 4,01% a 5% acima	0,9	1,3	3,7	1,5	4,0	0,0	
De 3,01% a 4% acima	3,3	2,4	8,8	5,4	3,4	4,9	
De 2,01% a 3% acima	9,5	11,5	16,8	15,2	29,2	14,8	
De 1,01% a 2% acima	30,7	26,2	28,8	37,1	34,4	34,7	
De 0,01% a 1% acima	34,0	37,1	26,7	26,8	19,5	32,2	
Igual ao INPC-IBGE	10,4	11,5	7,3	6,6	3,7	6,9	
De 0,01% a 1% abaixo	9,4	5,8	3,4	5,1	1,0	6,1	
De 1,01% a 2% abaixo	0,7	0,6	0,0	0,4	0,1	0,1	
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,6	0,1	0,3	0,0	0,0	
De 3,01% a 4% abaixo	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	
De 4,01% a 5% abaixo	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	
Mais de 5% abaixo	0,3	1,2	0,0	0,1	0,0	0,0	
Abaixo do INPC-IBGE	10,9	8,6	3,9	6,0	1,2	6,3	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 671 unidades de negociação

A queda no percentual de reajustes com aumento real se refletiu tanto no aumento do percentual daqueles em valor igual à variação da inflação medida pelo INPC-IBGE – da ordem de 3 p.p. em relação a 2012 – como no crescimento do percentual daqueles em valor abaixo desse índice – da ordem de 5 p.p., também na comparação com 2012.

Nota-se, igualmente, que cresceu o percentual de reajustes com ganhos reais abaixo de 1%, após um período em que estes vinham se reduzindo significativamente (em 2010 e 2012, em favor das faixas de maiores ganhos reais) ou mantendo-se em relativa estabilidade (em 2011). Os reajustes com ganhos reais de até 1%, somados àqueles localizados na faixa subsequente, entre 1,01% e 2% acima do INPC-IBGE, totalizam cerca de 2/3 dos reajustes salariais de 2013.

Os reajustes com ganhos reais acima de 3% representaram cerca de 5% do painel do ano passado – menos do que o observado em 2010, 2011 e 2012, e próximo ao registrado em 2008 e 2009.

Com relação à variação real dos salários resultante dos reajustes salariais analisados, nota-se que em 2013 a variação se deu entre 1,08% abaixo do INPC-IBGE e 8,31% acima – amplitude menor do que a registrada nos anos anteriores (Tabela 2).

O aumento real médio em 2013 foi de 1,25% acima da inflação, abaixo do verificado em 2010, 2011 e 2012, e superior ao observado em 2008 e 2009. A comparação entre os valores localizados no 1º e 3º quartil e na mediana desde 2008 revela a mesma característica.

TABELA 2
Estatísticas sobre os aumentos reais⁽¹⁾
Brasil, 2008-2013

Aumento Real	2008	2009	2010	2011	2012	2013	(em %)
Maior	6,61	6,99	10,91	9,37	9,79	8,31	
3º quartil	1,60	1,49	2,45	1,97	2,48	1,82	
Mediana	0,80	0,71	1,43	1,26	1,90	1,19	
1º quartil	0,09	0,08	0,65	0,57	1,05	0,56	
Menor	-6,23	-6,04	-4,11	-6,05	-1,64	-1,08	
Médio	0,92	0,90	1,70	1,36	1,98	1,25	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

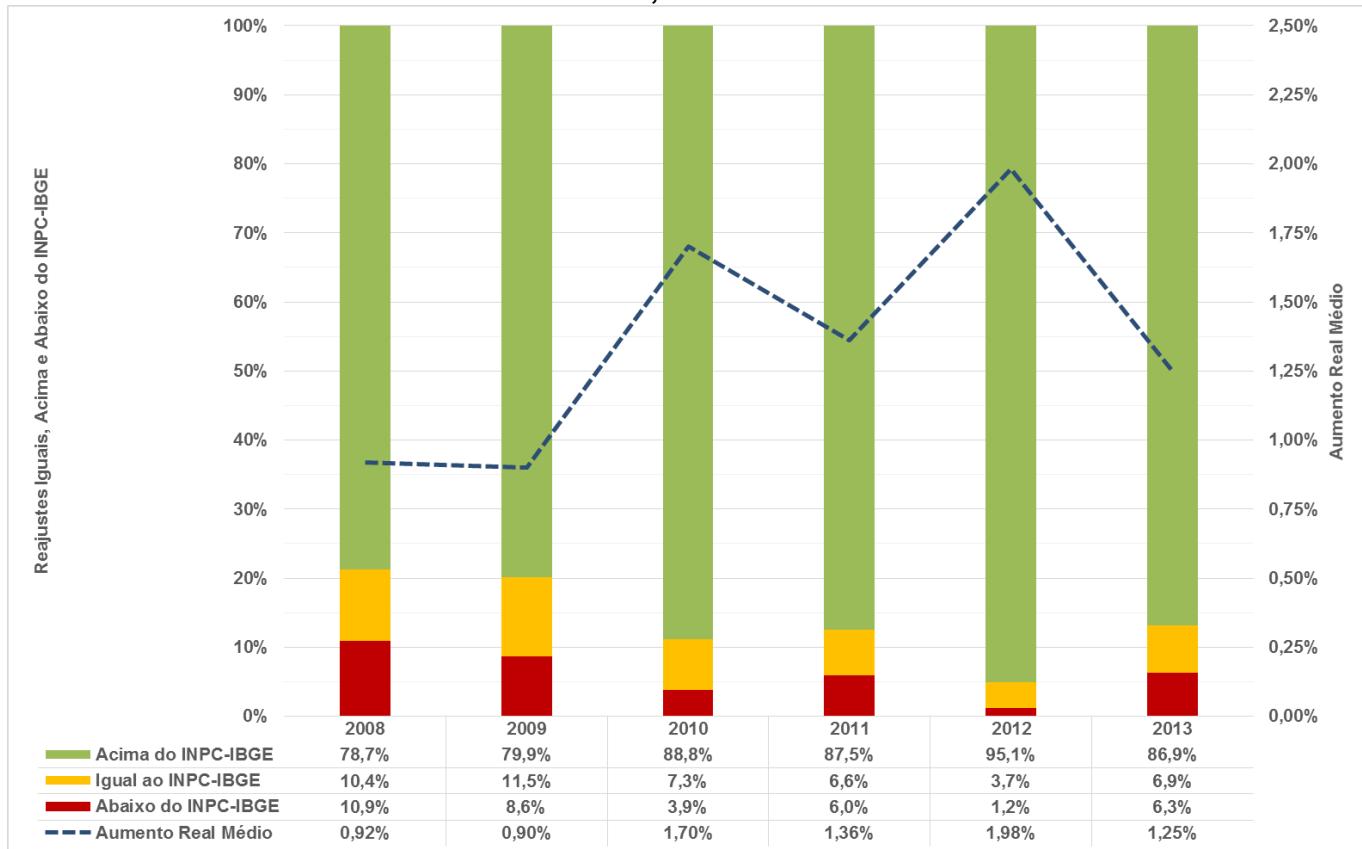
Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) Valores negativos equivalem a perdas reais.

b) Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 671 unidades de negociação

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e a variação dos valores médios dos aumentos reais desde 2008.

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 671 unidades de negociação

Reajustes salariais por setores econômicos

Dentre os setores analisados, o Comércio foi o que apresentou o maior percentual de negociações com aumento real em 2013. Quase a totalidade das negociações do setor – 98% das 111 analisadas – registraram aumento real no ano. Na Indústria, aumentos reais foram observados em 89% das 343 unidades de negociação pesquisadas. Nos Serviços, em 78% das 217 unidades de negociação do setor (Tabela 3).

A maior frequência de aumentos reais no Comércio e a menor nos Serviços foram observadas em todos os anos analisados neste estudo.

Nos três setores, a maior parte dos ganhos reais foi menor que 2% acima do INPC-IBGE. Na Indústria e no Comércio, os ganhos reais entre 1,01% e 2% foram os mais frequentes. Nos Serviços, os mais frequentes foram os ganhos reais de até 1%.

Os reajustes abaixo da inflação foram mais observados nos Serviços (11% do setor), do que na Indústria (5%) e no Comércio (2%).

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por setor econômico
Brasil, 2013

Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Total	(em %)
Acima do INPC-IBGE	88,9	98,2	77,9	86,9	
Mais de 5% acima	0,0	0,0	0,9	0,3	
De 4,01% a 5% acima	0,0	0,0	0,0	0,0	
De 3,01% a 4% acima	4,1	3,6	6,9	4,9	
De 2,01% a 3% acima	18,7	13,5	9,2	14,8	
De 1,01% a 2% acima	38,8	48,6	21,2	34,7	
De 0,01% a 1% acima	27,4	32,4	39,6	32,2	
Igual ao INPC-IBGE	6,4	0,0	11,1	6,9	
De 0,01% a 1% abaixo	4,4	1,8	11,1	6,1	
De 1,01% a 2% abaixo	0,3	0,0	0,0	0,1	
De 2,01% a 3% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	
De 4,01% a 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	
Mais de 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	
Abaixo do INPC-IBGE	4,7	1,8	11,1	6,3	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

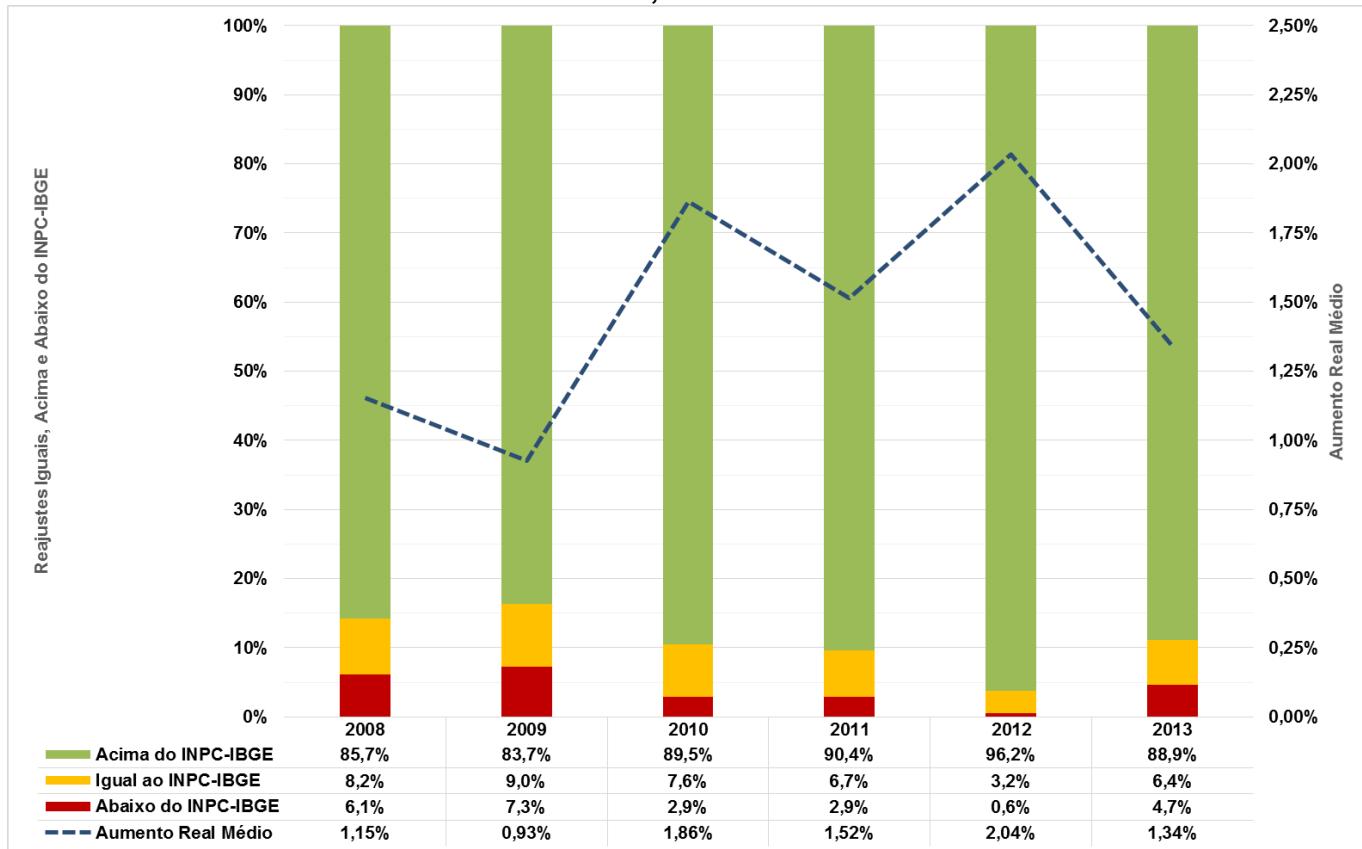
Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 343 unidades de negociação da Indústria, 111 do Comércio e 217 dos Serviços

Indústria

O percentual de reajustes acima da inflação na Indústria, em 2013, é semelhante ao observado em 2010 e 2011 – nos dois casos, próximos de 90% –, superior a 2008 e 2009 – quando gravitaram em torno de 85% –, e inferior a 2012 – quando atingiu a marca de 96%. Por outro lado, a proporção de reajustes abaixo da inflação de 2013 é a maior desde 2010.

Quanto à variação do aumento real médio, em 2013 fica abaixo do observado em 2010, 2011 e 2012 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
**Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio na Indústria,
em comparação com o INPC-IBGE**
Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 343 unidades de negociação

Considerando os principais segmentos da Indústria, nota-se que a queda no número de aumentos reais em 2013 foi generalizada, embora nem sempre significativa (Tabela 4). Em muitos casos, o recuo em relação a 2012 representou uma volta ao patamar observado em 2010 ou 2011.

As principais reduções foram observadas nas negociações dos urbanitários (eletricitários e trabalhadores nas indústrias de purificação de água e saneamento básico), dos trabalhadores na indústria do vestuário e na indústria têxtil. Foi também entre os urbanitários que se observou a maior proporção de negociações com reajustes abaixo do INPC-IBGE na indústria (19%).

Aumentos reais foram mais frequentes nas negociações dos gráficos, metalúrgicos, trabalhadores da alimentação, da construção e mobiliário e do papel, presentes em mais de 90% dos acordos analisados de cada segmento.

TABELA 4
Percentual de unidades de negociações com aumento real, segundo comparação com o INPC-IBGE, por atividade econômica na Indústria
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Alimentação	90,7	81,5	94,4	96,3	98,1	96,3	54
Construção e Mobiliário	97,3	93,3	97,3	100,0	100,0	98,7	75
Fiação e Tecelagem	76,5	82,4	70,6	76,5	100,0	88,2	17
Gráfica	92,3	92,3	100,0	92,3	100,0	92,3	13
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	95,2	88,9	95,2	95,2	95,2	93,7	63
Papel, Papelão e Cortiça	80,0	80,0	100,0	100,0	100,0	100,0	10
Química e Farmacêutica	88,5	76,9	88,5	88,5	96,2	88,5	26
Urbana	45,2	61,3	61,3	67,7	83,9	48,4	31
Vestuário	75,7	83,8	83,8	75,7	97,3	78,4	37
Total	85,7	83,7	89,5	90,4	96,2	88,9	343

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com dez ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Observa-se, também, uma queda generalizada no valor médio do aumento real. A queda mais expressiva foi observada nas negociações da construção e mobiliário, como pode ser observado na Tabela 5. Em que pese a redução, a construção e mobiliário segue sendo o segmento industrial com o maior aumento real médio no levantamento do DIEESE.

Entre os metalúrgicos – categoria que tem registrado o segundo maior aumento real médio na Indústria – o valor alcançado em 2013 foi de 1,7%.

O menor aumento real médio foi observado entre os urbanitários (0,32%).

TABELA 5
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica na Indústria
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Alimentação	1,18	0,94	1,46	1,39	1,82	1,24	54
Construção e Mobiliário	1,49	1,40	2,63	2,26	3,20	1,90	75
Fiação e Tecelagem	0,57	0,61	1,01	0,76	1,40	0,90	17
Gráfica	0,89	0,67	1,57	0,99	1,32	0,82	13
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	1,96	1,13	2,55	1,90	2,15	1,70	63
Papel, Papelão e Cortiça	0,27	1,09	1,84	1,33	1,43	1,37	10
Química e Farmacêutica	1,16	0,84	1,52	1,31	1,68	1,26	26
Urbana	0,20	0,32	0,67	0,75	0,96	0,32	31
Vestuário	0,64	0,79	1,54	1,08	1,83	1,14	37
Total	1,15	0,93	1,86	1,52	2,04	1,34	343

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com dez ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

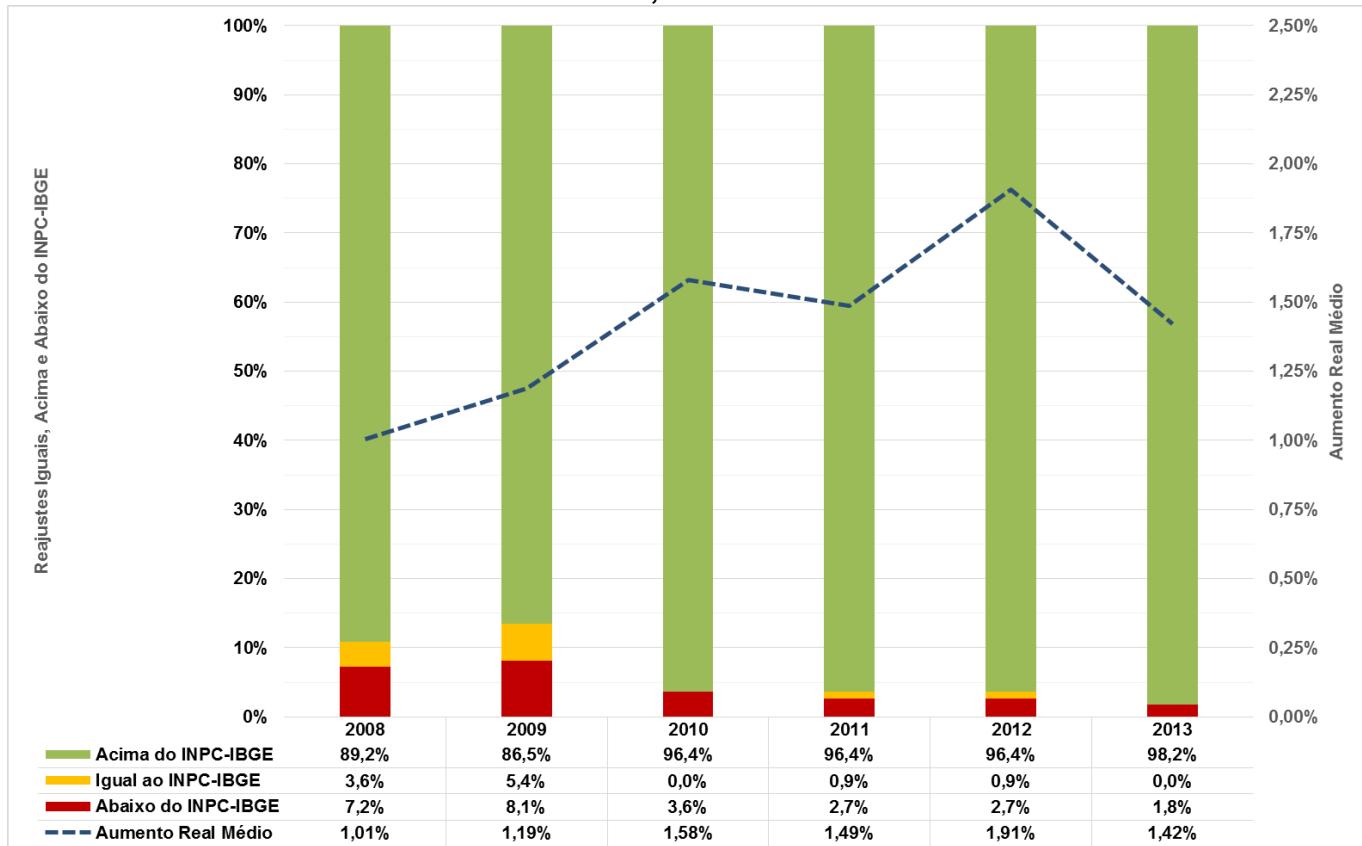
b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Comércio

O Comércio, como já destacado, apresenta a maior proporção de reajustes com aumento real em 2013. Em 2008 e 2009, ganhos reais foram observados em quase 90% dos acordos do Comércio. Em 2010, a proporção sobe para 96%, mantendo-se nesse patamar até 2012. Em 2013, observa-se um novo aumento, passando a 98% das negociações (Gráfico 3).

Contudo, o valor do aumento real médio de 2013 é inferior ao observado em 2012 e, ainda que apenas ligeiramente, em 2010 e 2011.

GRÁFICO 3
**Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio no Comércio,
em comparação com o INPC-IBGE**
Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 111 unidades de negociação

A maior proporção de aumentos reais foi alcançada no segmento do comércio de minérios e derivados de petróleo, no qual todas as negociações analisadas resultaram em reajustes acima da inflação. No segmento do comércio varejista e atacadista, a proporção se manteve em 98%, patamar alcançado em 2010 (Tabela 6).

TABELA 6
Percentual de unidades de negociações com aumento real, segundo comparação com o INPC-IBGE, por atividade econômica no Comércio
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Varejista e Atacadista	92,4	90,2	97,8	97,8	97,8	97,8	92
Minérios e Derivados de Petróleo	86,7	80,0	93,3	86,7	86,7	100,0	15
Total	89,2	86,5	96,4	96,4	96,4	98,2	111

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com dez ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Quanto aos aumentos reais médios, a redução no valor foi observada em ambos os segmentos apresentados na Tabela 7. No comércio varejista e atacadista, o valor alcançado ficou próximo do observado em 2011. No comércio de minérios e derivados de petróleo, é o menor desde 2010.

TABELA 7
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica no Comércio
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Varejista e Atacadista	1,12	1,25	1,62	1,47	1,95	1,45	92
Minérios e Derivados de Petróleo	0,57	1,18	1,65	1,77	1,77	1,41	15
Total	1,01	1,19	1,58	1,49	1,91	1,42	111

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com 10 ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

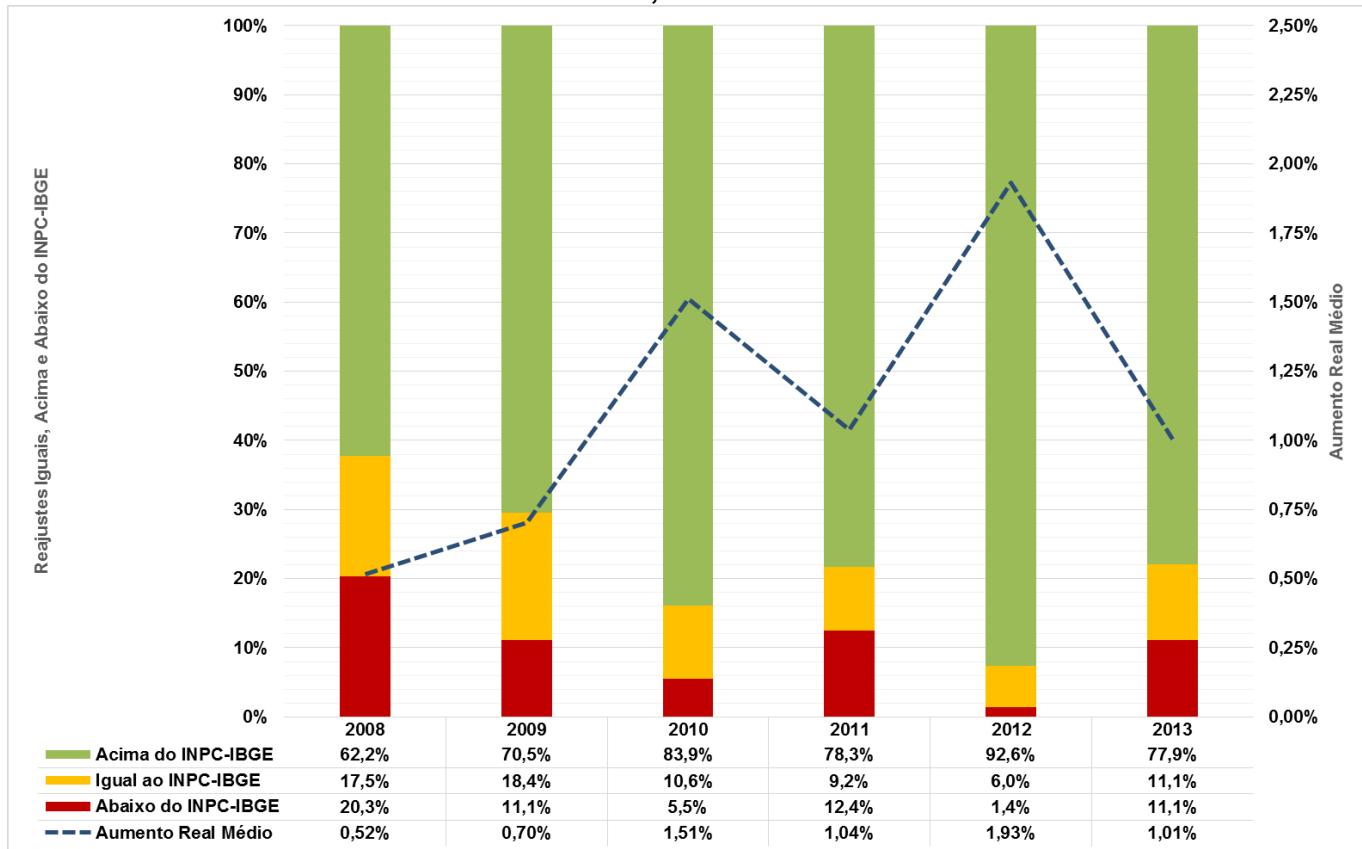
b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Serviços

No setor de Serviços é verificada a menor proporção de reajustes acima do INPC-IBGE do estudo. Ela variou de 62%, em 2008, para 78%, em 2013, atingindo o seu ponto mais alto em 2012, quando foi observado em cerca de 93% das 217 unidades de negociação analisadas do setor (Gráfico 4).

Quanto à variação do aumento real médio no período, nota-se um comportamento parecido aos dos outros dois setores, ainda que em escala diferente. Ele cresce entre 2008 e 2010, sofre um recuo em 2011, sobe em 2012 para atingir o seu ponto mais alto, e caí novamente em 2013.

GRÁFICO 4
**Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio nos Serviços,
em comparação com o INPC-IBGE**
Brasil, 2008-2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 217 unidades de negociação

A análise por atividade econômica dos Serviços revela que em quase todos os segmentos houve queda no percentual de negociações com aumento real em 2013. Destoam do quadro as negociações realizadas por bancários e securitários, caso em que todas as 13 unidades de negociação conquistaram aumento real, o que vem ocorrendo desde 2009, e por trabalhadores nos transportes, que manteve o patamar alcançado em 2012, de aproximadamente 88% das 33 unidades de negociação consideradas (Tabela 8).

Em alguns segmentos, o recuo ocorrido no ano passado representou uma volta ao patamar de 2011 – como observado nas negociações dos trabalhadores em comunicação, segurança e vigilância e em serviços de saúde. Nas negociações dos trabalhadores no ensino privado e em turismo e hospitalidade, o recuo foi menor, resultando em percentuais superiores a 2011.

A maior redução foi observada nas negociações dos trabalhadores em processamento de dados. Em 2012, todas as 14 negociações do setor conquistaram aumento real. Em 2013, apenas a metade conquistou.

TABELA 8
Percentual de unidades de negociações com aumento real, segundo comparação com o INPC-IBGE, por atividade econômica nos Serviços
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Bancos e Seguros Privados	92,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	13
Comunicações, Publ. e Empr.Jornalísticas	32,0	36,0	76,0	48,0	72,0	48,8	25
Educação	50,0	56,3	75,0	71,9	100,0	81,3	32
Processamento de Dados	50,0	57,1	85,7	92,9	100,0	50,0	14
Segurança e Vigilância	86,7	80,0	93,3	66,7	100,0	66,7	15
Serviços de Saúde	64,7	52,9	58,8	82,4	88,2	82,4	17
Transportes	69,7	84,8	87,9	93,9	87,9	87,9	33
Turismo e Hospitalidade	65,3	77,6	91,8	81,6	93,9	89,8	49
Total	62,2	70,5	83,9	78,3	92,6	77,9	217

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com dez ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Quanto ao valor médio do aumento real, todos os segmentos relacionados na Tabela 9, apresentaram queda em relação ao valor aferido em 2012. Nas negociações dos trabalhadores em segurança e vigilância, serviços de saúde e em turismo e hospitalidade, os ganhos reais de 2013 foram, em média, superiores aos de 2011. Nas negociações, dos bancários e securitários, trabalhadores no ensino privado, em processamento de dados e nos transportes, os ganhos reais médios ficaram abaixo de 2011.

Os maiores aumentos reais nos Serviços em 2013 foram conquistados pelos trabalhadores em turismo e hospitalidade (na média, 1,72% acima do INPC-IBGE).

TABELA 9
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica nos Serviços
Brasil, 2008-2013

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	Painel (nº)
Bancos e Seguros Privados	1,24	0,85	2,14	1,79	1,59	1,47	13
Comunicações, Publ. e Empr. Jornalísticas	0,12	-0,51	0,86	0,24	0,43	0,24	25
Educação	0,20	0,48	1,17	0,69	1,48	0,55	32
Processamento de Dados	-0,19	0,17	1,31	0,54	1,14	0,22	14
Segurança e Vigilância	1,80	1,95	2,17	0,92	2,47	1,29	15
Serviços de Saúde	0,22	0,48	0,47	0,50	1,49	0,82	17
Transportes	0,20	0,68	1,22	1,40	2,09	1,30	33
Turismo e Hospitalidade	0,88	1,37	2,62	1,68	3,31	1,72	49
Total	0,52	0,70	1,51	1,04	1,93	1,01	217

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com dez ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Reajustes salariais por data base

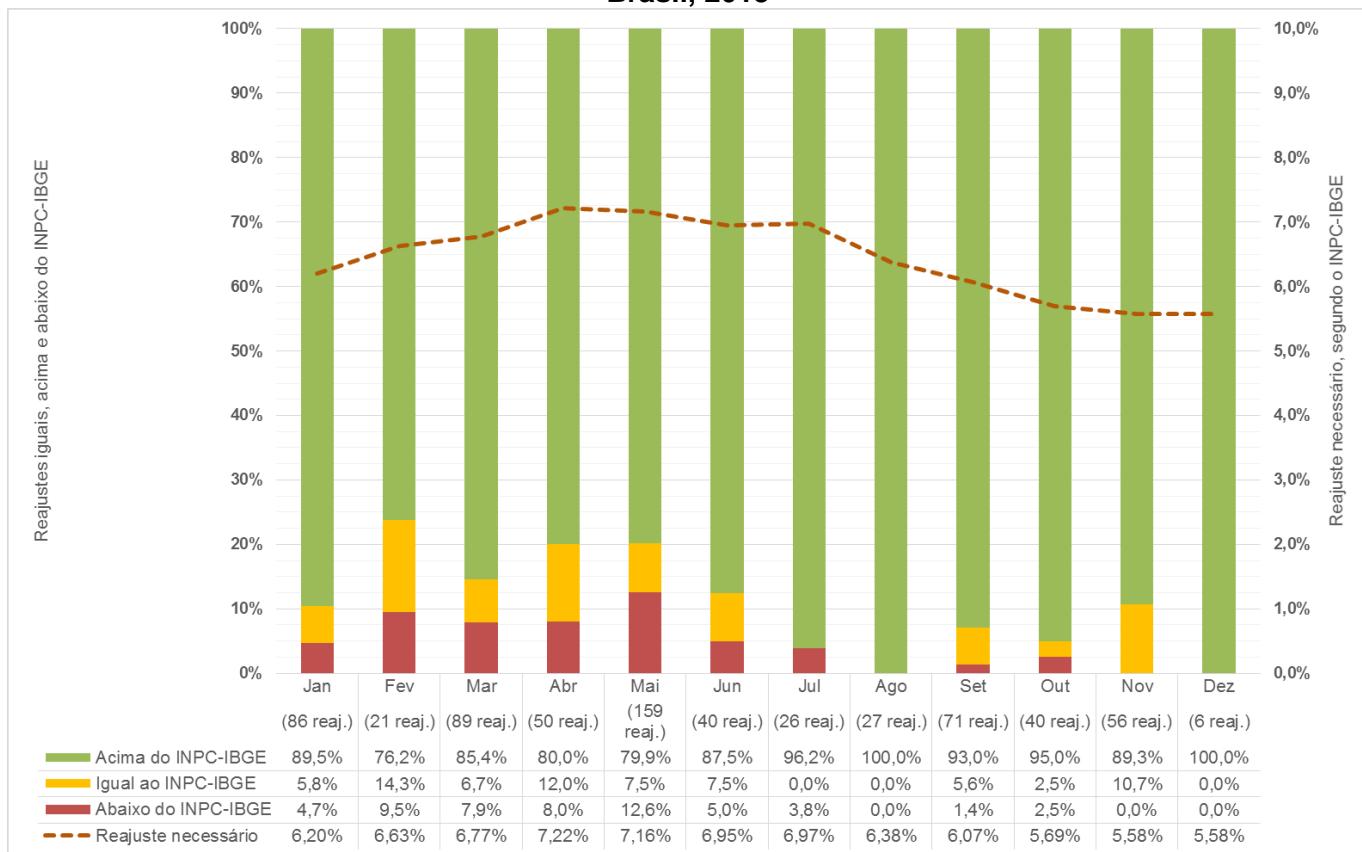
No geral, as negociações coletivas com data-base no segundo semestre de 2013 tiveram um desempenho melhor do que as negociações com data-base no primeiro semestre.

No primeiro semestre, reajustes abaixo da inflação foram mais frequentes e cerca de 93% dos reajustes que ficaram abaixo do INPC-IBGE foram firmados por categorias com data-base nesse período.

Contudo, dado o elevado número de reajustes acima da inflação no ano, o percentual de aumentos reais no primeiro semestre ainda assim foi alto, de aproximadamente 83%. Já no segundo semestre, aumentos reais foram observados em 94% das categorias pesquisadas.

As datas-base com menor incidência de reajustes acima da inflação foram fevereiro (76%), março e abril (80% cada). Em março também se verificou a maior proporção de reajustes abaixo do INPC-IBGE (13%). As datas-base com maior incidência de aumentos reais foram agosto e dezembro (100% cada), julho (96%) e outubro (95%). Tal comportamento pode ter sido influenciado pela variação da inflação no período, que foi menor no segundo semestre (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Distribuição dos reajustes, em comparação com o INPC-IBGE, e valor do reajuste necessário, segundo o INPC-IBGE, por data-base Brasil, 2013



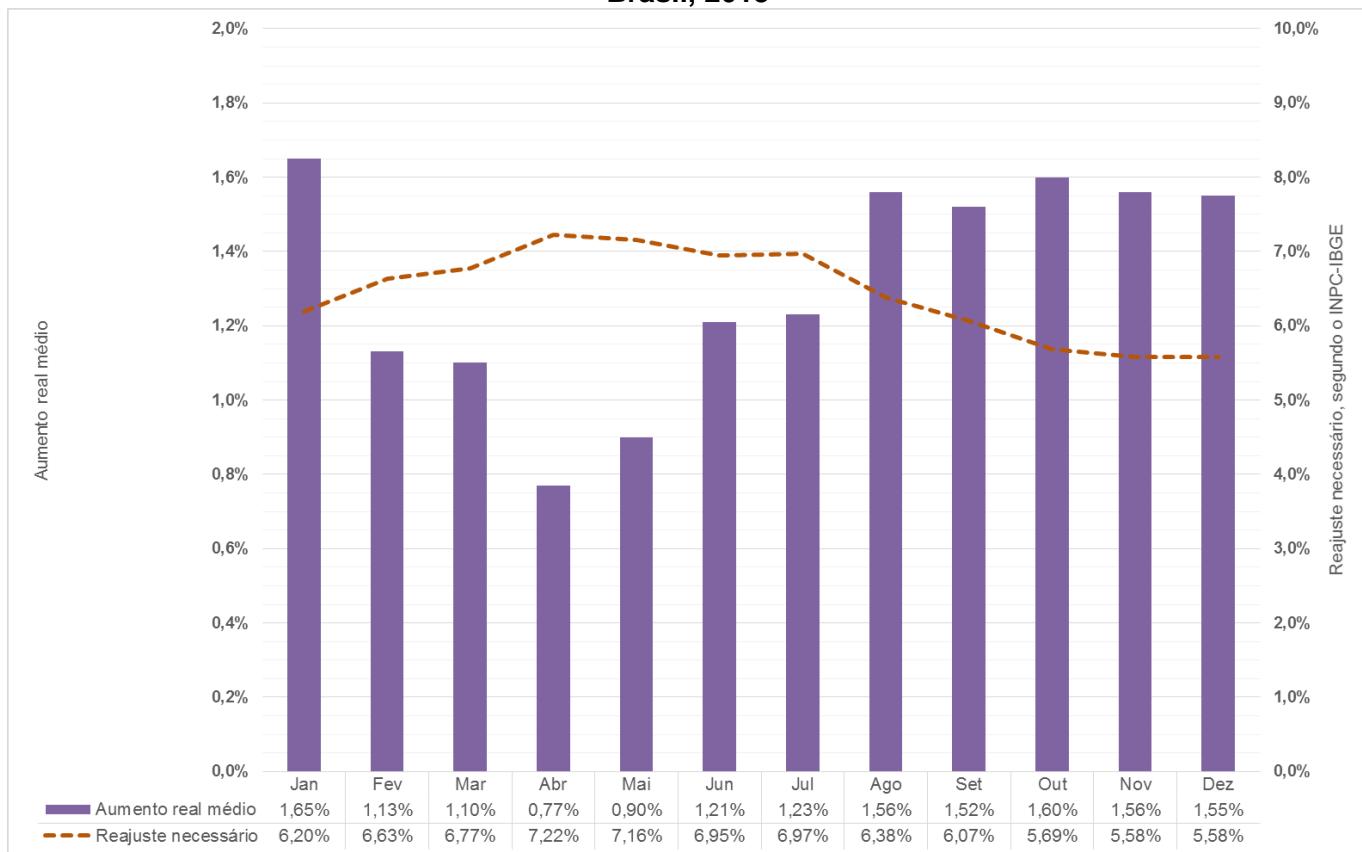
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quanto aos aumentos reais médios, o comportamento é semelhante. No geral, as negociações do segundo semestre conquistaram aumentos reais maiores do que as do primeiro semestre. No primeiro semestre, o aumento real médio foi de 1,11% acima do INPC-IBGE. No segundo, de 1,52%.

A data-base com maior aumento real médio no ano foi janeiro (1,65%), o que pode ser devido, em parte, à valorização do salário mínimo, ocorrida nesse mês. Em janeiro de 2013, o salário mínimo foi reajustado para R\$ 678,00, resultando em um ganho real de 2,64% sobre o INPC-IBGE.

A data-base com o menor aumento real médio foi abril, o que pode ser atribuído ao maior valor de reajuste necessário no ano (INPC-IBGE acumulado em 12 meses de 7,22%).

GRÁFICO 6
Aumento real médio, em comparação com o INPC-IBGE, e valor do reajuste necessário, segundo o INPC-IBGE, por data-base Brasil, 2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

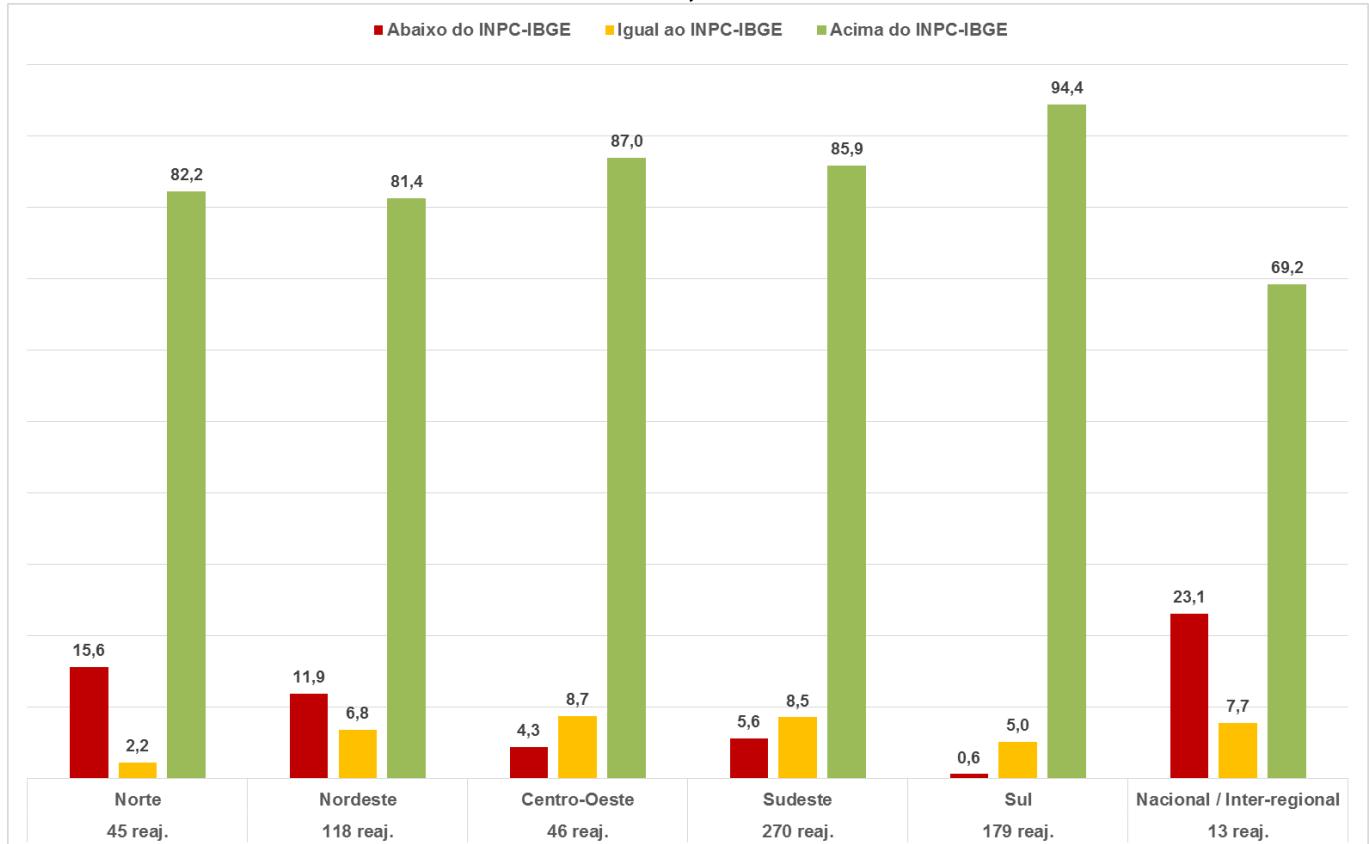
Reajustes salariais por regiões geográficas

Reajustes acima da inflação predominaram em todas as regiões geográficas brasileiras em 2013. Nas negociações com abrangência nacional ou inter-regional, o percentual de aumentos reais foi o menor (69%). É também nas negociações de abrangência nacional ou inter-regional que se observa a maior concentração de reajustes abaixo do INPC-IBGE.

Nas negociações circunscritas a uma única região, o percentual de reajustes acima da inflação foi sempre superior a 80%, com destaque para a região Sul, onde 94% das unidades de negociação analisadas conquistaram aumentos reais².

² Tal desempenho pode ter sido influenciado pelo fato de os três estados que compõem a região possuírem pisos salariais estaduais definidos em lei, o que favoreceria as negociações de categorias profissionais menos organizadas e com menores remunerações.

GRÁFICO 7
**Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE,
por região geográfica**
Brasil, 2013



A redução dos patamares de ganhos reais foi observada em todas as regiões geográficas. A região Centro-Oeste registrou a queda mais expressiva no valor médio do aumento real, que passou de 2,37%, em 2012, para 0,97%, em 2013.

O maior valor médio foi observado na região Sul (Tabela 10)³.

³ Vide nota 2.

TABELA 10
Aumento real médio⁽¹⁾, por região geográfica
Brasil, 2008-2013

Região Geográfica	2008	2009	2010	2011	2012	2013	(em %)
Norte	0,74	1,06	1,75	0,74	1,69	1,20	
Nordeste	0,77	1,09	1,92	1,32	2,26	1,29	
Centro-Oeste	0,97	0,75	1,70	1,48	2,37	0,97	
Sudeste	0,91	0,81	1,70	1,47	1,87	1,23	
Sul	1,08	0,88	1,57	1,37	1,99	1,37	
Nacional/Inter-Regional	1,03	1,24	1,49	0,82	1,29	0,66	
Total	0,92	0,90	1,70	1,36	1,98	1,25	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

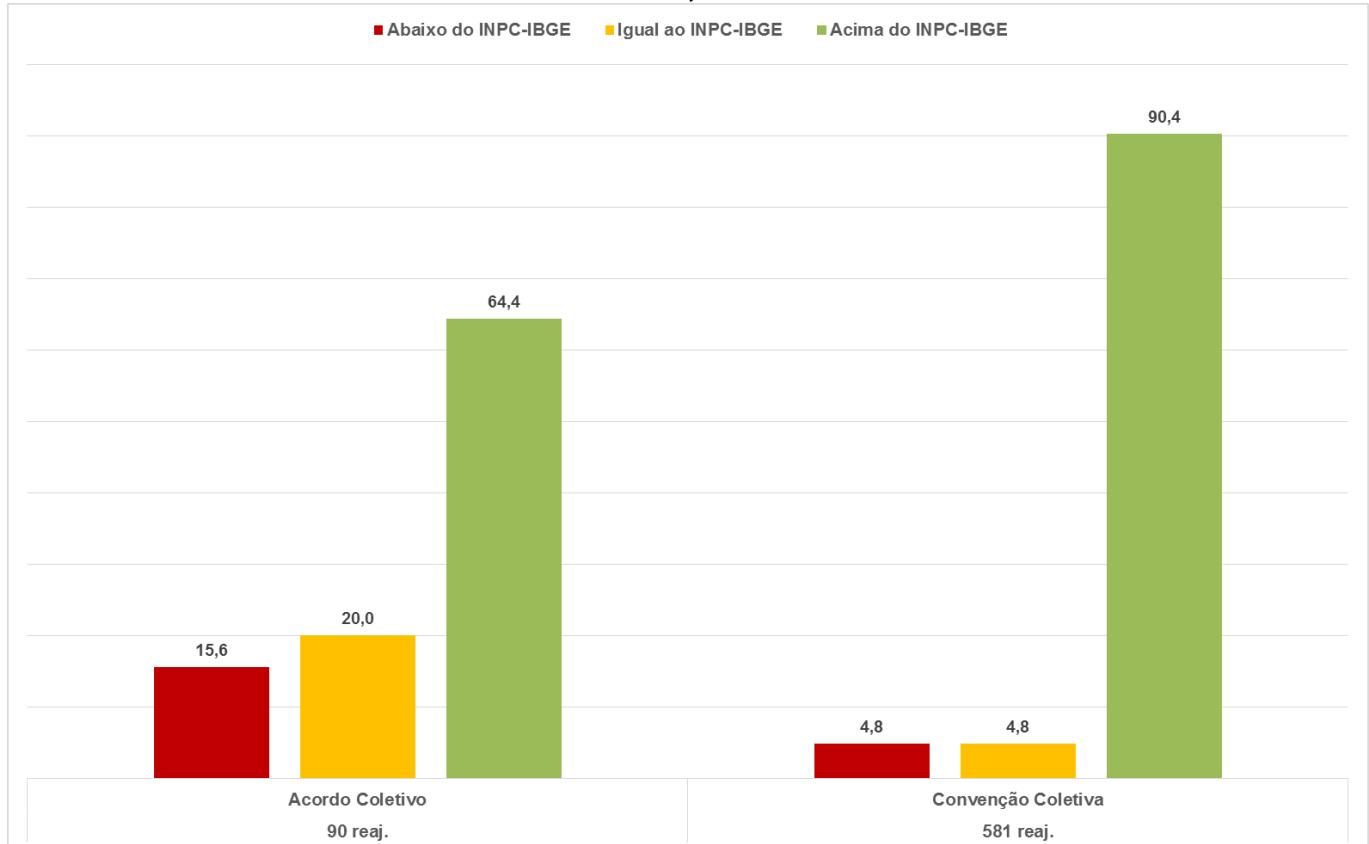
Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais anuais de 45 unidades de negociação da região Norte, 118 do Nordeste, 46 do Centro-Oeste; 270 do Sudeste, 179 do Sul e 13 de abrangência nacional ou inter-regional

Reajustes salariais por tipo de negociação

Em geral, os reajustes definidos em convenções coletivas – documentos que regem a contratação coletiva de categorias profissionais – são maiores do que os definidos em contratos assinados diretamente com empresas – no caso, acordos coletivos de trabalho.

Em 2013 não foi diferente. Cerca de 90% das convenções coletivas e 64% dos acordos coletivos resultaram em aumentos reais dos salários. Quanto aos reajustes abaixo da inflação, estes foram mais frequentes nos acordos (16%) que nas convenções (5%) (Gráfico 8).

GRÁFICO 8
**Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE,
por tipo de instrumento normativo**
Brasil, 2013



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Modalidades especiais das negociações salariais

O pagamento dos reajustes salariais em uma única parcela continua sendo a forma mais frequente entre as categorias analisadas pelo SAS-DIEESE, adotada por cerca de 95% das unidades de negociação (Tabela 11).

TABELA 11
Unidades de negociação com reajustes salariais pagos em uma vez, reajustes salariais parcelados e sem reajustes salariais
Brasil, 2008-2013

	(em %)					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pagamento em uma vez	95,7	93,3	95,4	95,1	95,2	95,1
Pagamento parcelado	4,0	5,2	4,5	4,8	4,8	4,9
em 2 vezes	3,9	4,5	3,9	4,0	4,8	4,9
em 3 vezes	0,1	0,6	0,6	0,7	0,0	0,0
em 4 vezes ou mais	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem reajuste	0,3	1,5	0,1	0,1	0,0	0,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 671 unidades de negociação

A adoção de reajustes diferenciados segundo faixas de ganho salarial dos trabalhadores, os chamados reajustes escalonados, estão presentes em aproximadamente 23% das unidades de negociação pesquisadas em 2013. Desde 2008, observa-se que ao se comparar as mesmas 671 negociações, nota-se que este percentual veio crescendo ano a ano. Quanto ao pagamento dos abonos salariais, não houve variação significativa (Tabela 12).

TABELA 12
Unidades de negociação com reajustes salariais escalonados
e pagamento de abono salarial
Brasil, 2008-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	(em %)
Escalonamento	14,6	15,4	19,2	19,5	22,2	22,7	
Abono salarial	8,8	7,5	11,5	8,5	9,1	9,8	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 671 unidades de negociação

Resultados segundo o ICV-DIEESE

Tomando como parâmetro a inflação medida pelo Índice do Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE), cerca de 90% das 671 unidades de negociação analisadas em 2013 conquistaram aumento real aos salários. Esse percentual é superior ao observado entre 2010 e 2012 e inferior a 2008 e 2009 para as mesmas negociações.

Ainda segundo o ICV-DIEESE, 11% das negociações de 2013 tiveram reajustes abaixo da inflação, resultando em perdas de até 1% (Tabela 13).

A diferença entre os resultados das negociações salariais obtidos através da comparação com o ICV-DIEESE e o INPC-IBGE decorrem, principalmente, das metodologias e abrangência das pesquisas. O ICV-DIEESE calcula a variação de preços na cidade de São Paulo. O INPC-IBGE, em nove regiões metropolitanas, mais Brasília e o município de Goiânia.

TABELA 13
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, 2008-2013

Variação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	(em %)
Acima do ICV-DIEESE	97,9	93,7	81,1	78,8	86,3	89,0	
Mais de 5% acima	1,2	1,9	3,0	1,2	3,9	0,3	
De 4,01% a 5% acima	3,0	1,8	3,0	1,2	2,2	0,3	
De 3,01% a 4% acima	9,5	5,1	4,9	3,6	4,3	3,0	
De 2,01% a 3% acima	21,2	17,1	14,0	11,3	14,6	13,1	
De 1,01% a 2% acima	38,5	24,4	23,0	29,1	37,1	41,9	
De 0,01% a 1% acima	24,6	43,4	33,2	32,5	24,1	30,4	
Igual ao ICV-DIEESE	0,0	0,1	0,0	0,3	0,0	0,0	
De 0,01% a 1% abaixo	1,5	3,9	17,9	18,6	13,1	11,0	
De 1,01% a 2% abaixo	0,1	0,4	0,6	1,3	0,6	0,0	
De 2,01% a 3% abaixo	0,1	0,1	0,1	0,7	0,0	0,0	
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	
De 4,01% a 5% abaixo	0,3	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	
Mais de 5% abaixo	0,0	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	
Abaixo do ICV-DIEESE	2,1	6,1	18,9	20,9	13,7	11,0	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 671 unidades de negociação

Considerações finais

A análise dos reajustes salariais apurados pelo DIEESE em 2013 confirma os prognósticos feitos no balanço anterior, referente às negociações salariais do primeiro semestre, isto é, a expectativa de que categorias profissionais com data-base no segundo semestre conquistariam reajustes salariais maiores do que as categorias do primeiro semestre.

De fato, o desempenho das negociações salariais no segundo semestre foi melhor do que o apurado no semestre anterior. Cerca de 94% dos reajustes da segunda metade do ano resultaram em aumentos reais para os salários, frente a 83% dos reajustes da primeira metade; e o aumento real médio foi de 1,52%, enquanto no primeiro semestre ficou em 1,11%⁴.

Dois fatores predominantes contribuíram positivamente para o melhor desempenho das negociações do segundo semestre: 1) a queda da inflação, a partir de abril; e 2) a concentração nos últimos seis meses do ano, de negociações coletivas de grandes categorias, com forte poder de mobilização, em importantes setores da economia.

Outros fatores também contribuíram para o melhor resultado, como a manutenção do desemprego em patamares baixos – o que favorece a organização dos trabalhadores e lhes dá estímulo e segurança para reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração – e, também, o desempenho da economia brasileira, que em 2013 apresentou crescimento da ordem de 2,3% do PIB, contrariando as expectativas pessimistas de parte dos analistas e agentes econômicos.

Cabe destacar que o crescimento do PIB brasileiro no ano passado foi superior ao aumento real médio das categorias profissionais analisadas pelo DIEESE, que foi de 1,25% no consolidado anual. O dado é relevante e precisa ser considerado no debate sobre a produtividade da economia nacional.

Contudo, em que pese à recuperação observada no segundo semestre, o resultado consolidado dos reajustes salariais de 2013 ficou abaixo do observado em 2012. Ainda é cedo para dizer como serão as negociações em 2014. No entanto, a análise comparativa dos dados apurados em período mais amplo sugere algumas pistas. À luz dos resultados dos últimos anos, observa-se que o ano de 2013 apresentou desempenho próximo ao registrado em 2011 e não muito distante daquele verificado em 2010. A isso, soma-se o fato de que faz 10 anos que mais da metade das categorias profissionais analisadas conquistam aumentos reais aos salários; e há oito que pelo menos 85% das categorias atingem essa conquista – à exceção de 2008 e 2009, em função do impacto da crise econômica mundial. Sobre os valores dos aumentos reais, é observada uma tendência de crescimento, embora não linear, ao longo dos

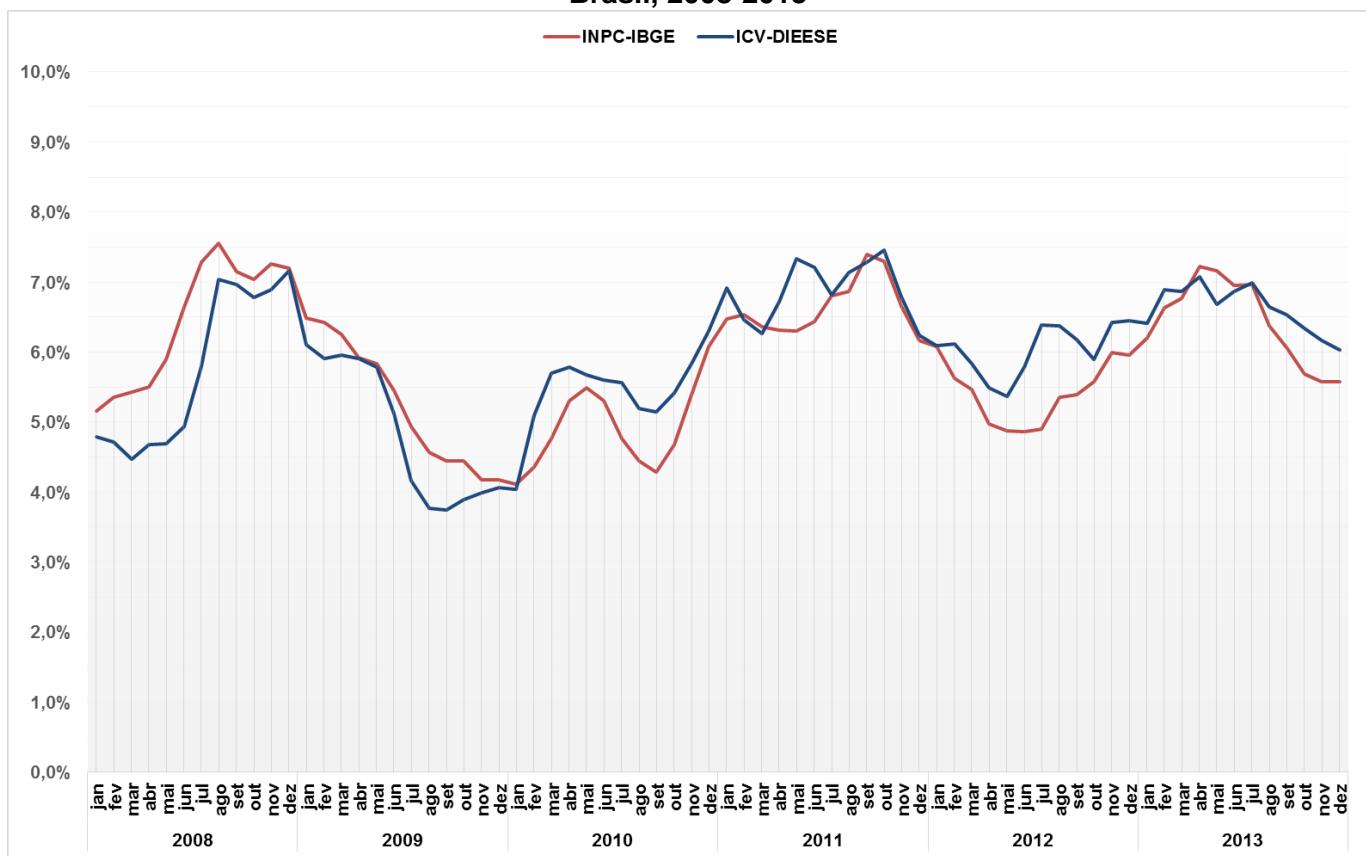
⁴ No balanço publicado em agosto de 2013, o percentual de negociações com aumento real fora de 85% e o aumento real médio, de 1,19%. Esses números se alteram na presente publicação em razão do acréscimo dos reajustes do primeiro semestre que não haviam sido analisadas naquele estudo (em geral, porque os processos de negociação foram concluídos após a publicação do balanço semestral).

anos. Mantido o quadro econômico atual, de inflação controlada, baixas taxas de desemprego e manutenção ou crescimento da economia, é de se esperar para 2014 resultados mais favoráveis nas negociações coletivas dos trabalhadores.

Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao Balanço dos Reajustes Salariais do primeiro semestre de 2013. O Gráfico 9 e a Tabela 14 apresentam os percentuais de reposição salarial em cada data-base de 2008 a 2013, segundo o INPC-IBGE e o ICV-DIEESE, e as tabelas de número 15 a 18 apresentam dados que descrevem o painel utilizado, como a distribuição das unidades de negociação analisadas por data-base (Tabela 15), por tipo de instrumento normativo (Tabela 16); por setor e atividade econômica (Tabela 17) e por região geográfica e Unidade da Federação (Tabela 18).

GRÁFICO 9
Reajustes necessários na data-base, segundo o INPC-IBGE e ICV-DIEESE
Brasil, 2008-2013



Fontes: IBGE e DIEESE

Obs.: Valores correspondentes à variação acumulada do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

TABELA 14
Reajustes necessários na data-base, segundo o INPC-IBGE e ICV-DIEESE
Brasil, 2008-2013

Data-base	INPC-IBGE						ICV-DIEESE					(em %)
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Média 1º Sem.	5,76	6,06	4,89	6,40	5,32	6,82	4,72	5,80	5,32	6,82	5,78	6,80
Média 2º Sem.	7,25	4,46	4,94	6,86	5,53	6,05	6,77	3,94	5,58	6,96	6,29	6,45
Média Anual	6,46	5,26	4,92	6,63	5,42	6,43	5,74	4,87	5,45	6,89	6,03	6,62

Fontes: IBGE e DIEESE

Obs.: Valores correspondentes à variação acumulada do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

TABELA 15
Distribuição dos reajustes salariais, por data-base
Brasil, 2008-2013

Data-Base	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Janeiro	7,5	7,3	10,4	11,2	11,5	12,8
Fevereiro	4,5	5,1	3,7	3,3	3,0	3,1
Março	12,7	13,0	13,0	13,3	13,7	13,3
Abril	7,5	7,3	7,2	7,3	7,6	7,5
Maio	27,9	26,7	25,8	25,0	24,4	23,7
Junho	6,4	6,6	6,3	6,6	6,1	6,0
Julho	4,0	4,3	4,3	4,2	4,2	3,9
Agosto	3,7	4,2	3,7	3,7	3,7	4,0
Setembro	9,5	9,7	10,1	10,3	10,4	10,6
Outubro	6,7	6,0	6,0	6,0	6,1	6,0
Novembro	8,6	8,9	8,6	8,3	8,3	8,3
Dezembro	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 671 unidades de negociação

b) As mudanças no número de reajustes por data-base decorrem das alterações de datas-base das unidades de negociação consideradas

TABELA 16
Distribuição dos reajustes salariais, por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2008-2013

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	90	13,4
Convenção Coletiva	581	86,6
Total	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Acordo Coletivo de Trabalho é o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores diretamente com as empresas, e Convenção Coletiva de Trabalho, o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

TABELA 17
Distribuição dos reajustes salariais, por setor e atividade econômica
Brasil, 2008-2013

Setor / Atividade Econômica	nº	%
Indústria	343	51,1
Alimentação	54	8,0
Artefatos de Borracha	5	0,7
Artefatos de Couro	1	0,1
Construção e Mobiliário	75	11,2
Extrativista	7	1,0
Gráfica	13	1,9
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,1
Joalheria e Lapidação	1	0,1
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	63	9,4
Papel, Papelão e Cortiça	10	1,5
Química e Farmacêutica	26	3,9
Fiação e Tecelagem	17	2,5
Urbana	31	4,6
Vestuário	37	5,5
Vidros	2	0,3
Comércio	111	16,5
Varejista e Atacadista	92	13,7
Minérios e Derivados de Petróleo	15	2,2
Propagandistas e Vendedores de Prod. Farmac.	4	0,6
Serviços	217	32,3
Agentes Autônomos no Comércio	8	1,2
Bancos e Seguros Privados	13	1,9
Comunicações, Publicidade e Empresas Jornal.	25	3,7
Cultura Física	1	0,1
Difusão Cultural	9	1,3
Educação	32	4,8
Processamento de Dados	14	2,1
Profissionais Liberais	1	0,1
Segurança e Vigilância	15	2,2
Serviços de Saúde	17	2,5
Transportes	33	4,9
Turismo e Hospitalidade	49	7,3
Total	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 18
Distribuição dos reajustes salariais, por região geográfica e unidade da federação
Brasil, 2008-2013

Região / UF	nº	%
Norte	45	6,7
Acre	0	0,0
Amazonas	20	3,0
Amapá	0	0,0
Pará	21	3,1
Rondônia	3	0,4
Roraima	1	0,1
Tocantins	0	0,0
Nordeste	118	17,6
Alagoas	2	0,3
Bahia	41	6,1
Ceará	21	3,1
Maranhão	0	0,0
Paraíba	8	1,2
Pernambuco	20	3,0
Piauí	4	0,6
Rio Grande do Norte	14	2,1
Sergipe	8	1,2
Centro-Oeste	46	6,9
Distrito Federal	16	2,4
Goiás	21	3,1
Mato Grosso	5	0,7
Mato Grosso do Sul	4	0,6
Sudeste	270	40,2
Espírito Santo	12	1,8
Minas Gerais	62	9,2
Rio de Janeiro	63	9,4
São Paulo	133	19,8
Sul	179	26,7
Paraná	59	8,8
Rio Grande do Sul	67	10,0
Santa Catarina	53	7,9
Nacional / Inter-Regional	13	1,9
Total	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE). Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um contrato formalizado entre as partes.
5. O presente estudo analisou os reajustes salariais negociados por 671 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços. Estas negociações fazem parte de um painel fixo de 895 unidades de negociação acompanhadas anualmente pelo SAS-DIEESE desde 2008.
6. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).
8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.

9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal, à exceção dos percentuais de inflação e aumento real médio, apresentados com arredondamento na segunda casa decimal. No texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo, resguardada a ressalva feita em relação aos índices de inflação e aumento real médio.

Rua Aurora, 957 - 1º andar - Centro
01209-001 - São Paulo - SP
PABX: (011) 3821-2199
Fax: (011) 3821-2179

Direção Executiva

Presidente: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Ailton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Técnico Responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

José Álvaro Cardoso

José Silvestre Prado de Oliveira

Victor Gnecco Pagani Soares